

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.092 - DF (2019/0154581-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NOVO GAMA - GO
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : ALEX SOARES MIRANDA DA SILVA
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO VISENTIN - GO037537A

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÕES EM UNIDADES DIVERSAS DA FEDERAÇÃO. COMPETÊNCIA PARA UNIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS PENAS DO LOCAL ONDE O REEDUCANDO INICIOU O CUMPRIMENTO DAS SANÇÕES IMPOSTAS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DO DISTRITO FEDERAL contra o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NOVO GAMA - GO.

O Juízo Suscitado declinou de sua competência com lastro nos seguintes fundamentos (fl. 310):

"Compulsando os autos verifico que a presente execução penal fora remetida à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal com o escopo de que as penas fossem unificadas perante aquele Juízo, uma vez que o reeducando informou que deixou de cumprir sua reprimenda oriunda desta Comarca por não ter condições financeiras para se deslocar para este Município e dar cumprimento a pena aqui imposta, alegando residir em Ceilândia/DF, fato este demonstrado pelo prontuário detalhado de fls. 149/149-verso.

Observe, ainda, que a subscritora da certidão de fl. 150 incorreu em erro, uma vez que afirmou que o sentenciado não possui execução penal em curso no Distrito Federal, contudo em consulta ao site do TJDF é possível verificar que ele possui condenação perante a 4ª Vara Criminal de Ceilândia, a qual deu origem aos autos de execução penal nº 20180310007864.

De mais a mais, não obstante o inteiro teor do Conflito de Competência nº 152.454/STJ, o qual inclusive foi suscitado por este Juízo - assim como os CC nº 157.345, 157.956, 157.897, 156.409/STJ - destaco

que a depreciação do cumprimento e da fiscalização da pena fora motivada pela declaração do próprio reeducando no sentido de que não dispõe de condições financeiras para se deslocar diariamente para Comarca de Novo Gama/GO e cumprir a reprimenda em regime semiaberto, devendo ser destacado, in casu, que esta Comarca não dispõe de local adequado para recolhimento de presos em regime semiaberto, os quais se limitam a comparecer diariamente a unidade prisional local e assinar o livro de frequência.

Somado a isso, há de se observar que a reprimenda aplicada perante o Juízo da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal é superior à pena aqui imposta."

Por sua vez, o Juízo Suscitante não reconheceu sua competência e suscitou o presente conflito a partir da fundamentação a seguir (fls. 12-13):

"Analisando os autos, bem como em consulta aos sistemas disponíveis nesta VEP (SISTJWEB), verifico que a Guia de Execução juntada no movimento 2 destes autos, já tinha sido distribuída a esta VEP em 14/09/2018 sob o número 0011463-92.2018.8.07.0015.

Naquele feito, esta VEP, por decisão proferida em 19 de setembro 2018, indeferiu a transferência da execução da pena para o Distrito Federal e declarou a incompetência para processamento da execução oriunda da Comarca do Novo Gama/GO em razão da execução anterior distribuída aquele Juízo, conforme entendimento do STJ no conflito negativo de competência 152.454.

Contudo, àquele Juízo goiano entendeu que não caberia a esta VEP/DF a devolução dos autos e devolveu novamente os autos para que fosse suscitado o conflito de competência.

Pois bem, o apenado tem contra si um processo de execução penal na anterior, Comarca de Novo Gama/GO. Portanto, o juízo da referida localidade está prevento para o processamento de todas as execuções de penas relativas ao sentenciado.

Saliento que eventuais mudanças voluntárias de endereço, prática de novo crime ou mesmo recolhimento em localidade distinta – no caso o Distrito Federal – não são motivos para alteração da competência, consoante o entendimento do STJ. : In verbis 'havendo condenação em duas unidades federativas, o juízo competente para a execução da pena será o do local em que ela tiver iniciado, não alterando essa regra eventual fuga empreendida ou o cometimento de novo crime em local diverso' (conflito negativo de competência nº). 152.454 Registro, por oportuno, que o sistema prisional do Distrito Federal não dispõe vagas para acolher o apenado, pois está superlotado, com quase o dobro da sua capacidade. O sistema , prisional distrital está superlotado e é o 3º (terceiro) mais deficitário de todo o país consoante dados do CNJ acessíveis em http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php (Geopresídios - CNJ). Não há possibilidade de se abrigar condenados por outras unidades da Federação.

Ademais, a i. defesa juntou declaração do interno, na qual

afirma ter interesse em cumprir sua pena em Novo Gama/GO (mov. 10.2)"

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 342-345, opinando pela declaração da competência do Juízo Suscitado.

É o relatório.

Decido.

In casu, pelos dados apresentados nos autos, verifica-se que há pena definitiva sendo executada, na Comarca de Novo Gama/GO, a qual é anterior à condenação oriunda da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF.

Portanto, incide o entendimento do Superior Tribunal de Justiça fixado no sentido de que a execução criminal, e a análise de seus incidentes, tramitará na sede do Juízo em que a sanção, definitiva ou provisória, foi iniciada e é cumprida.

Exemplificativamente, cito os seguintes julgados:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO EM CUMPRIMENTO DE MANDADO EM COMARCA DIVERSA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. O simples fato de o condenado ter sido preso em Comarca diversa em cumprimento de mandado de prisão expedido pelo Juiz prolator da sentença penal condenatória não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena.

Ressalte-se que o enunciado n. 192 da Súmula do STJ se restringe aos casos nos quais o sentenciado já estava cumprindo pena em estabelecimento prisional estadual.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais de Juiz de Fora - MG, o suscitado." (CC 156.747/BA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 11/05/2018.)

"PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. RÉU FORAGIDO. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP.

1. Quando o réu é condenado em dois estados diferentes, e unificadas as penas, é competente para a execução o juízo do local onde o sentenciado cumpre a reprimenda.

2. A competência da Vara das Execuções não se altera em virtude da evasão do sentenciado.

3. *Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais de São José do Rio Preto/SP, ora suscitado.*" (CC 103.228/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2009, DJe de 03/09/2009.)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. JUÍZOS CRIMINAIS ESTADUAIS. EXECUÇÃO PENAL. PRESO EM OUTRA COMARCA. CUMPRIMENTO DE MANDADO. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA LEGAL. ART. 86 DA LEP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ONDE O RÉU JÁ ESTAVA CUMPRINDO SUA PENA. PRECEDENTES ANÁLOGOS.

Na hipótese dos autos, não se trata de uma transferência legal - art. 86 da LEP, pois o Juízo de Vilhena, ao efetuar a prisão do réu, estava cumprindo determinação da Delegacia de Polícia Federal, em razão de novo delito praticado.

O juízo no qual o réu já estava cumprindo sua pena, não perde, dessa forma, a competência para a referida execução penal.

Precedentes análogos.

Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Dourados/MS." (CC 39.908/RO, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/12/2003, DJ de 02/02/2004, p. 268.)

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito para DECLARAR a competência do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NOVO GAMA - GO, o Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora